

PRAÇA DAMIANA DA CUNHA: PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO DE MOSSÂMEDES, GOIÁS

Carolina Pimenta Cardoso¹

Ricardo Oliveira Rotondano²

Rogério Fernandes Rocha³

RESUMO: O objetivo deste estudo é demonstrar a importância e a necessidade de preservar espaços públicos que possuem significado para as pessoas que os frequentam, utilizando o conceito de memória em diálogo com diversos autores. A presente pesquisa promove um estudo de caso sobre a Praça Damiana da Cunha, situada na cidade de Mossâmedes, Goiás, explorando a conexão entre memória, patrimônio cultural, experiência vivida e espaços públicos. Desta forma, o estudo busca identificar as possíveis questões problemáticas que tais intervenções podem gerar. A pesquisa possui viés qualitativo, a partir do método hipotético-dedutivo, caracterizando-se como estudo de caso, utilizando-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, histórica e documental. Por fim, o presente estudo promove uma reflexão crítica sobre a construção e disseminação da memória como um processo político, com objetivos determinados, cuja seleção invariavelmente culmina no apagamento e invisibilização de outras narrativas históricas minoritárias.

Palavras-chave: Preservação; Patrimônio; Espaços públicos; Memória; Praça Damiana da Cunha; Mossâmedes.

ABSTRACT: The objective of this study is to demonstrate the importance and need to preserve public spaces that have meaning for the people who frequent them, using the concept of memory in dialogue with various authors. This research promotes a case study on Praça Damiana da Cunha, located in the city of Mossâmedes, Goiás, exploring the connection between memory, heritage, lived experience and public spaces. In this way, the study seeks to identify the possible problematic issues that such interventions can generate. The research has a qualitative bias, based on the hypothetical-deductive method, characterized as a case study, using bibliographic, historical and documentary research techniques. Finally, the present study promotes a critical reflection on the construction and dissemination of memory as a political process, with determined objectives, the selection of which invariably culminates in the erasure and invisibilization of other minority historical narratives

Keywords: Preservation; Heritage; Public spaces; Memory; Damiana da Cunha square; Mossâmedes.

1. INTRODUÇÃO

Os monumentos e os espaços públicos do país são frequentes alvo de reformas e modificações pelo poder público. Seja pela necessidade de reformas, pelos conflitos gerados entre o ser social e a política, pelo dia a dia de cada lugar ou mesmo pelas transformações

ocorridas por força da natureza, hodiernamente ocorre a alteração e a modificação da estrutura original destas localidades e construções.

Em determinadas ocasiões, a alteração do espaço público acaba por causar contrariedade na população, pois o contexto geral do ambiente público é repleto de

¹ Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Fundação Educacional de Anicuns (FEA). Bacharela em Direito pela Fundação Educacional de Anicuns (FEA). Substituta do Cartório de Tabelionato de Notas de Mossâmedes-GO. E-mail: carolinapimeenta@outlook.com

² Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Vice-Coordenador do Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio e Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: rotondanor@gmail.com

³ Doutorando, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: rogerio.rocha@ueg.br

representação e de significados para o grupo que ali frequenta. Modificar o espaço é, também, modificar a memória que as pessoas têm desses lugares. Dessa forma, pode-se indicar que “na percepção do seu ambiente cotidiano, alguns habitantes podem se mostrar sensíveis ao desaparecimento de uma rua, um prédio, uma casa. Lugares que façam algum sentido” (COELHO, 1996, p. 40).

As praças, por sua vez, são espaços públicos presentes nas cidades em geral, frequentados por pessoas de diferentes faixas etárias, grupos sociais e concepções de vida. Tais espaços públicos são utilizados para uma variedade de fins pela população urbana, como manifestações artísticas, lazer, descanso, recreação, além de outras atividades.

É interessante notar que as modificações nos espaços públicos têm como objetivo melhorar o uso por parte dos grupos que os frequentam. Antes de realizar qualquer alteração, é importante ouvir as queixas e as demandas dos usuários que têm experiência no local, buscando novas maneiras de aproveitar o espaço, de modo a conciliar as reformas pretendidas com os interesses e os sentimentos da população cidadina.

Tendo como objeto de estudo a reestruturação de espaços públicos que estão revestidos de simbologia e sentido para a população, o presente trabalho se debruça sobre

um estudo de caso da praça Damiana da Cunha, edificada no centro da cidade de Mossâmedes, no Estado de Goiás. Tal localidade constitui-se como um espaço de grande relevância para o município, sendo sede das principais festividades que ocorrem na cidade, além de ser cenário importante no seu contexto histórico.

Por ser mais do que um cartão postal e um ponto turístico para a cidade de Mossâmedes, a praça está intrinsecamente ligada à sua história local. Abrigando a Igreja Matriz de São José, o único bem protegido pelo tombamento estadual decorrente da Lei nº 9.843/85, a praça carrega consigo as marcas do tempo. Embora não seja possível datar com precisão sua construção, é possível vislumbrar vestígios de seu passado em fotografias e desenhos antigos da cidade, sugerindo que sua existência remonta a mais de 50 anos.

A praça reflete o início da referida cidade; o seu nome foi designado numa homenagem à Damiana da Cunha, uma mulher indígena que durante o século XVIII, ainda criança, mudou-se para aldeamento São José de Mossâmedes juntamente com outros parentes⁴ da etnia Kayapó, seguindo o direcionamento do governo da província de Goiás. A referida personagem teve grande influência na igreja Matriz de São José como catequizadora dos indígenas da região, além de missionária, tendo

⁴ O termo “parente” possui, para os povos originários, um significado singular, sendo utilizado pelos próprios indígenas para se referir a outros indígenas.

auxiliado na missão de povoamento do aldeamento de Mossâmedes.

O último restauro documentado da praça foi datado do ano de 2013, mais especificadamente 10 de dezembro de 2013, tendo sido concluído em 30 de outubro de 2016, conforme dados extraídos do relatório emitido pela empresa responsável Mastersolo em 31 de julho de 2014. Na oportunidade da reforma, houve a homenagem com a imagem ilustrativa da indígena Damiana da Cunha, esculpida pelo artista plástico Omar Souto, localizada no meio da praça, ao lado de uma ilustração de outros dois indígenas – uma criança e um adulto –, numa clara referência à ação missionária e catequizadora de Damiana da Cunha entre os seus pares.

Os processos de revitalização e preservação, no entanto, podem resultar em intervenções que afetam a memória que as pessoas possuem acerca dos monumentos, imagens e locais historicamente estruturados. Recentemente, a Praça Damiana da Cunha passou por uma reforma superficial, que incluiu apenas a pintura da escultura de Damiana da Cunha e dos bancos da praça. Surge então o seguinte questionamento: a pequena modificação proporcionou alguma intervenção positiva ou negativa para aqueles que frequentam o referido espaço público?

A partir de uma metodologia de cunho qualitativo, utilizando-se o método hipotético-dedutivo, e recorrendo a fontes documentais e

bibliográficas, será discutida como ideia central do trabalho a problemática em torno da preservação de lugares memória. Isto porque discorrer sobre a Praça Damiana da Cunha é, por conseguinte, “refletir sobre o conjunto de bens que é apresentado como nossa herança coletiva” (SCIFONI, 2015, p. 199), numa incursão reflexiva sobre patrimônios construídos em uma sociedade.

O presente artigo almeja, assim, analisar a importância da preservação dos monumentos e dos espaços públicos, num estudo de caso sobre a praça Damiana da Cunha, na cidade de Mossâmedes, em Goiás, buscando refletir acerca dos seus limites e possibilidades, ressaltando a memória coletiva dos grupos sociais que ali vivem. Como objetivo adicional, busca-se problematizar o próprio conceito de memória, a partir do caso de Damiana da Cunha, questionando a homogeneidade e universalidade da narrativa histórica tradicional acerca da trajetória da referida personagem.

Considerando isso, este estudo desperta o interesse do leitor e da comunidade acadêmica para pesquisar e refletir sobre o tema do patrimônio cultural, da memória e da cultura. Afinal, quanto maior for o interesse de uma sociedade pelo seu patrimônio local, seu espaço de identidade e conexão com suas raízes, maior será o impacto social do conhecimento gerado para a construção de sua história.

2. DO LOCAL DE PESQUISA

O aldeamento São José de Mossâmedes, hoje somente chamado de Mossâmedes, foi fundado em meados do ano de 1774/1776 por ordem do Governador da Capitania de Goiás e Capitão-Geral José de Almeida e Vasconcelos com o intuito de ser povoado pelos povos indígenas Karajá, Javaés, Kayapó, Xavante e Tupis. Em 31 de julho de 1845, o aldeamento se tornou distrito passando a pertencer ao município de Goiás, somente em 31 de outubro de 1938, pelo Decreto-Lei nº. 1.233, passou a denominar-se, somente Mossâmedes. A emancipação política veio um pouco mais tarde, mais precisamente na data de 14 de novembro de 1953.

Localizada à 151km de Goiânia, capital do Estado de Goiás e 280 km de Brasília, Mossâmedes possui de acordo com o IBGE o último censo, uma população com estimativa de 5.007 habitantes. Cidade hospitaleira, conhecida pelos pontos turísticos, como a igreja matriz de São José, ponto chave dentro da cidade, e o roteiro ecológico que é a Serra Dourada, tem uma extensão de 40 km de distância, rica em belezas naturais e fontes de nascente de água.

Por se tratar de uma cidade histórica antiga, imagina-se que a cidade possui muitos monumentos históricos tombados pela união. No entanto, o único bem qualificado como patrimônio histórico tombado é a Igreja Matriz de São José.

A Igreja Matriz de São José está localizada no Centro da Cidade e edificada na

praça Damiana da Cunha. A igreja é o único bem da cidade de Mossâmedes que se encontra protegido por tombamento estadual, conforme a Lei 9.843/85, constituindo-se como monumento histórico importante para o município, classificado como Esmeralda pelo Goiás Turismo no ano de 2010. Foi solicitado pela Secretária Municipal de Cultura do Município, por meio de ofício nº 225/2011 datado de 16 de setembro de 2011, a restauração e adequação da Igreja; contudo, a Coordenação Técnica do IPHAN-GO, por meio de ofício nº 430/13, negou a solicitação, alegando o não tombamento a nível federal e por estarem com orçamento limitado.

Damiana da Cunha, a indígena que foi homenageada com o nome da praça onde a igreja está edificada, teve grande influência na igreja Matriz de São José. A igreja foi construída no ano de 1774 pelos próprios povos indígenas da região, no estilo jesuítico, com adobe e terra socada, mantendo conservadas as suas características físicas desde sua construção. Do planejamento inicial do aldeamento, somente restou a referida igreja (FERREIRA, 2017, p. 60).

3. BREVES REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Muito se fala sobre os patrimônios nacionais de grande porte e a sua relevância para o turismo no Brasil. Entretanto, não há popularmente o destaque para a principal

característica e destinação do patrimônio: a atribuição de sentido e significado para cada indivíduo. A parte mais importante quando tratamos de bens, sejam patrimonializados ou não, é a reflexão do grupo para o seu próprio patrimônio. Nesse sentido, é preciso destacar que:

[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (FLORENCIO *apud* MOLL, 2009, p. 15).

Quando falamos em patrimônio, emerge primordialmente a noção do patrimônio material, ligados a ideia de riqueza, monumentos e herança, herdados ou que exercem sobre nós algum valor afetivo. No entanto, patrimônio não está ligado somente a ideia de herança material ou afetiva. Tratam-se também de produções de nossos antepassados, que decorrem em saberes e memórias, coletivas ou individuais.

Essas heranças culturais que são transmitidas através de um indivíduo para o outro são significativas para a história de uma sociedade. Por serem tão importantes, são responsáveis pela formação de identidades, sociedades e grupos que resgatam a memória trazendo para si a ligação do ser social com suas raízes. Ao percorrermos acerca do patrimônio cultural, remetemo-nos aos conceitos de memória e de identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como locus

privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2006, p. 1).

Segundo nossa Carta Magna, em seu art. 216, os bens que são considerados como patrimônio cultural, de natureza material ou imaterial, são aqueles “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1998, s/p). Prosseguindo com a árdua tarefa de conceituação deste elemento, é possível indicar que o “patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível” (CHUVA, 2015, p. 1).

Quando tratamos do patrimônio no conceito “lugar de memória” de Nora (1993), destacamos os aspectos “material, funcional e simbólico” em que o espaço é construído, pois a experiência vivida no lugar e a conservação da memória social e coletiva dos acontecimentos ali vivenciados é transmitida através do tempo por sentimentos de pertencimento.

Na visão de Pollack (1992), os “lugares de memória” são entendidos também como “lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLACK, 1992, p. 202). Temos as memórias coletivas que são construídas por um grupo com relação ao espaço em que se vive. Conforme destaca Halbwachs (2003), existe

uma troca: o espaço é marcado pelo grupo, sendo assim, o grupo é marcado pelo espaço que vive:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos reproduzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marco do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. (HALBWACHS, 2003, p. 133).

A memória corre o risco de se desgastar ao longo dos anos, como um monumento que não tem preservação, que ao lidar diariamente com o sol e a chuva, perde seus traços originais. A memória precisa ser restaurada, preservada na sua integridade original, pois ela é um processo que diariamente estará em construção e reconstrução.

Ao ressaltar o lugar de memória, é importante ter em mente que está sendo tratado mais que um lugar que foi manipulado e fabricado anteriormente para ressaltar as necessidades atuais ou que seja apenas um lugar que decore a cidade. Um lugar de memória é inteiramente ligado as raízes de uma sociedade ou um grupo, com significados e ressignificados.

Neste sentido, quando tratamos da Praça Damiana da Cunha como um lugar de memória, refletindo sobre e questionando a vivência coletiva e individual de um indivíduo, não se trata apenas de uma simples história. Mais do que isso, é tentar “compreender as configurações com que a memória se estabeleceu e vem se

estabelecendo como fonte e repositório de sentidos, na tentativa de compreensão do passado e reconstituição dos elos de identificação e construção identitária” (BRUCK, 2009, p. 23-24).

4. INTERVENÇÃO E REPRESENTATIVIDADE PATRIMONIAL NA PRAÇA DAMIANA DA CUNHA

Quando pensamos no espaço público, devemos pensar também em qual relação o espaço possui com as/os suas/seus usuárias/os. Para Recchia (2005) a cidade é uma junção da relação das pessoas que nela habitam. Para a autora, esses espaços “(...) precisam ser percebidos na sua dimensão humana, ou seja, no que uma cidade e alguns de seus cenários significam para quem nela vive e para quem deles usufrui” (RECCHIA, 2005, p. 62). Com isso, é necessário um cuidado maior quanto às suas modificações; essa relação entre o indivíduo e espaço é de suma importância para aquelas/es que ali frequentam.

As intervenções efetuadas em determinado espaço público – sejam por reformas ou por restaurações – que é dotado de significados para uma sociedade ou um grupo, acabam gerando uma ruptura de identificação entre as pessoas que vivenciam tal local, sempre que tais alterações estruturais ou estéticas sejam promovidas sem que antes ocorra uma

ponderação entre o que é referência para os próprios indivíduos:

Os edifícios e os espaços urbanos envelhecem e clama por revitalização ou requalificação com recorrências cada vez mais frequentes por se relacionarem de forma desarticulada entre espaço, tempo e cultura na sua visão mais ampla, que abrange a vida e as pessoas com um todo, e não um modo linear e unilateral de concepção. Então esse descompasso entre espaço, tempo e cultura da cidade, pode produzir projetos de arquitetura e de gestão distanciados e desarticulados das vivências, ocasionando perda de referência ou de direção (MEDEIROS, 2005).

Contudo, quando tratamos de espaços patrimonializados, as intervenções podem ocorrer através de estudos que agreguem os símbolos já sedimentados no referido bem cultural. Desse modo, acarretam-se ao mesmo tempo novos valores ao local protegido e preservado, mantendo-se o seu caráter patrimonial, ao mesmo tempo em que são também respeitadas as concepções e preceitos das pessoas que ali frequentam, sempre com planejamento, de modo que não ocorra o distanciamento dos indivíduos daquele lugar (SCHLEE e MEDEIROS, 2018).

A Portaria nº 375/2018 do IPHAN estabelece a Política de Patrimônio Cultural Material, indicando respeitar alguns princípios para promover a intervenção em bens culturais patrimonializados. Entre eles, destacamos o axioma da participação efetiva, que garante a participação da população regional em todo o processo de intervenção; assim como o princípio da colaboração, tanto da sociedade quanto do

poder público; e, ainda, o da humanização, que é a garantia da cidadania e dignidade da pessoa humana.

A praça Damiana da Cunha, em Mossâmedes/GO, recentemente passou por um procedimento de restauro, no qual ocorreu a pintura da Igreja Matriz de São José e de toda a praça. O último processo de restauro anteriormente efetuado na praça está datado do ano de 2013, contando com construções e modificações do local. O restauro atual da referida praça contou tão somente com uma nova coloração das imagens da escultura feita em homenagem à Damiana da Cunha (figura 1).

O restauro teve como foco principal aprimorar a questão estética da escultura e da própria praça, trazendo cores para a escultura, no intuito de robustecer a visibilidade do bem cultural e agregar aditivos à homenagem feita, vislumbrando a representatividade que Damiana da Cunha possui para a cidade de Mossâmedes.

Por ser o único bem tombado, sendo considerado como patrimônio cultural do município, há sempre uma preocupação quanto a estética da praça. Os cartões postais, capas de livros, sites, jornais sempre estão estampados fotos da praça e seu monumento histórico. As principais festividades, como já dito, são feitas ali; todos esses aspectos impactam aqueles que são usuáries/os do referido espaço público. A preocupação é sempre agregar valor, mas sem modificar as características originais.

Figura 1 – Praça Damiana da Cunha anterior a restauração



Fonte: <https://viajandotodoobrasil.com.br/mossamedes/>. Acesso em: agosto/2023.

Figura 2 – Praça Damiana da Cunha após o restauro



Fonte: https://instagram.com/mossamedes_news?igshid=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: agosto/2023.

Fica claro, por meio desta imagem que o restauro somente agregou a praça. A imagem (figura 2) mostra que a estrutura original (figura 1) não teve as suas formas efetivamente modificadas, com o intuito de apenas ressaltar a bela da escultura do artista plástico Omar Souto.

As intervenções promovidas ao longo dos anos, que não alteraram a estrutura original do bem cultural, têm como base a ideia central do presente artigo em não provocar uma ruptura simbólica entre os indivíduos para os quais a praça é um lugar de memória, além de envolver pessoas que estão intimamente ligadas a ela em todo o processo de preservação. Ressalta-se, assim, que o envolvimento fático daquelas pessoas que compreendem e reconhecem a importância da praça Damiana da Cunha no seu processo de restauro desempenha um papel crucial.

5. AFINAL, SOBRE QUAL MEMÓRIA ESTAMOS FALANDO?

Ao discorrer sobre a memória de um bem cultural, um acontecimento histórico ou sobre uma pessoa, estamos consequentemente discorrendo sobre uma narrativa acerca deste caractere. Assumimos, pois, o ponto de vista de que é possível coexistirem distintas memórias, constituídas a partir de versões alternativas sobre o referido instituto sobre o qual está se tratando. Muito embora memória e narrativa sejam conceitos distintos, há uma inexorável

aproximação entre tais elementos (SILVA, 2018).

A construção de determinada memória está imersa dentro do processo cognitivo do seu interlocutor, sendo direta ou indiretamente modelada pela sua visão de mundo. Este processo reflexivo transmite, dessa forma, a interpretação do narrador sobre o fato em debate, numa atribuição de sentidos às imagens e símbolos acessados pelo autor, que redundam num discurso próprio e localizado, ao mesmo tempo em que ambiciona ser a mais realista possível. A memória é, pois, viva e criativa, fruto da ponte do passado com o presente (RICOEUR, 1983).

A partir do diálogo preliminar, analisa-se a construção da memória oficial sobre a indígena Damiana da Cunha, num desafio hermenêutico de questionamento e conflito que opõe a versão amplamente sedimentada, por um lado, com novas bases historiográficas sobre a experiência histórica da personagem, de outro. Abordaremos inicialmente a figura de Damiana da Cunha como uma heroína nacional, protagonista de feitos valorosos, que contribuíram para a construção da sociedade brasileira.

Damiana da Cunha era uma indígena do povo Panará-Caiapó, neta do cacique Andraí-ocha, e foi apadrinhada pelo governador da província de Goiás Luiz da Cunha. A personagem cresceu em meio ao aldeamento da província, tendo recebido formação cristã e aprendido a língua e as tradições da população

não indígena. Atuou como interlocutora entre os interesses da província e os povos indígenas locais, especialmente os indígenas da etnia Caiapó (COELHO, 2016).

A versão tradicionalmente disseminada acerca da atuação de Damiana da Cunha caracteriza a personagem como uma espécie de heroína nacional, por ter contribuído de sobremaneira para a implementação das políticas da província de Goiás de assimilação da população indígena local, realocando tais indivíduos em aldeamentos e efetuando um amplo processo de catequização (CRUZ, 2015). A obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva (2004) é um parâmetro de referência para tal narrativa:

Damiana da Cunha, dotada de inteligência menos vulgar e de um coração generoso e altivo, contemplava com dor os sofrimentos dos habitantes de Goiás e a perseguição de que se tornavam dignos os seus irmãos primitivos; empreendeu pois reduzi-los à fé e chamá-los ao grêmio da sociedade, ao seio do cristianismo, para que fruissem os gozos do trabalho. A neta do cacique, como a chamavam, tinha compreendido a sua missão; a fé a guiava aos duros sertões, abria-lhe o caminho para as tabas indianas, e o caiapó até ali indomável e altivo da sua liberdade bravia, dobrava a cerviz às palavras insinuantes, cheias de amor, de caridade e de esperança, de uma mulher cara pelo sangue, que lhes pulsava nas veias (SOUZA E SILVA, 2004, pp. 59-60).

Percebe-se, pois, como Damiana da Cunha exerceu o protagonismo no processo de retirada e transferência de parcela da população indígena da região para os aldeamentos organizados pelo governo da província de Goiás no início do século XIX. A personagem desempenhou papel relevante na aculturação e

cooptação dos indígenas locais, tendo sido “a mais notável catequista que teve Goiás” (BRASIL, 1982, p. 75), prestando “serviços importantes à catequese, que ela promovia, indo em pessoa ao centro das florestas chamar os seus parentes a virem viver na comunhão dos brancos” (ALENCASTRE, 1979, p. 338).

A atuação de Damiana da Cunha constituía-se como parte da política indigenista da época, considerada mais “branda” e “pacífica”, que buscava assimilar os indígenas por meio da conversão religiosa e do aldeamento. É justamente esse cenário que se apresenta na historiografia tradicional, de cunho nacionalista, para referir-se à atuação de Damiana junto aos indígenas. Entretanto, os interesses da província estavam ligados diretamente à apropriação e exploração do ouro e das terras nas quais os povos indígenas habitavam historicamente (CRUZ, 2015). O seu aldeamento fazia parte de um projeto de retirada dos povos originários de seus territórios, submetendo-os ao domínio da província; nos casos em que os indígenas resistissem à referida abordagem, a violência permanecia como uma medida amplamente adotada (KARASCH, 1992). Nesse sentido:

Naquela época os governadores tinham o objetivo de induzir os indígenas a se unirem aos colonizadores, inicialmente de uma maneira branda, aí residia o papel da Damiana. Atrair os irmãos pelo consentimento, sem forçá-los, mas quando a estratégia não funcionava e as ameaças se tornavam inúteis, a força e o derramamento de sangue era lugar comum (COELHO, 2017, p. 19).

Dessa forma, foram implementados concomitantemente o projeto de assimilação pacífica de indígenas, pela conversão religiosa e pelo aldeamento, ao tempo em que eram executadas práticas de extermínio pelos colonos não somente da província de Goiás, mas de todo o Brasil. Não é exagero entoar que “O genocídio perpetrado no século XVI se estendeu aos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, mesmo com legislações que proibiam os excessos, as atrocidades balizavam a prática” (COELHO, 2016, p. 27).

Ante o debate histórico proposto acerca do papel exercido por Damiana da Cunha para o avanço dos projetos da província de Goiás, percebe-se como a seleção intencional das memórias a serem preservadas direciona a configuração da personagem como uma heroína. Problematizamos, pois, o fato de que “a memória é um fenômeno construído” (POLLACK, 1992, p. 203), derivada de escolhas políticas e sociais baseadas no interesse dos seus interlocutores.

Ao tratar da configuração histórica de Damiana da Cunha a partir da memória que fora construída pelos grupos hegemônicos, percebe-se o apagamento proposital do viés colonial e opressor que os descendentes e o aldeamento dos indígenas possuíam. Para que a “memória goiana” fosse edificada de forma idônea e ilibada, a representação atribuída ao extermínio físico e cultural da população indígena local

deveria ser reconfigurada, de modo a contemplar a visão de mundo da sociedade branca cristã:

Diante desse pressuposto, Damiana da Cunha se constitui em uma construção individual, mas que está intimamente ligada à história dos povos indígenas em Goiás, bem como aos projetos governamentais de ocupação do espaço e da apropriação da imagem dos indígenas como forma de “anemizar” os reflexos da colonização e a destruição de diferentes povos e de “inventar” uma identidade para os goianos (COELHO, 2016, p. 103).

Ao erguer uma estátua de Damiana da Cunha com uma cruz em uma das mãos, rodeada por outros indígenas – que parecem, pois, receber seus ensinamentos religiosos –, a qual memória a cidade de Mossâmedes ampara? Qual a narrativa histórica, nesse contexto, a população goiana adota como representativa em relação à sua comunidade? A partir desta seleção histórica da memória goiana, existem indivíduos e grupos cuja trajetória e identidade são invisibilizados? Tais quesitos são relevantes para promovermos uma reflexão crítica acerca do panorama posto, elucidando como memória, patrimônio e bens culturais são construções sociais decorrentes de escolhas políticas coletivas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que os espaços públicos estejam em constantes modificações e reformas, as intervenções feitas a partir de uma ponderação entre os significados que possuem para os indivíduos que frequentam tais espaços e as necessidades de uma reformulação na estrutura do bem cultural serão capazes de satisfazer tanto

os seus usuários quanto as necessidades do ambiente.

A praça Damiana da Cunha foi usada como exemplo nesta pesquisa por ser um objeto de estudo carregado de uma carga simbólica, cujos sentidos e representatividade são notáveis para a população habitante da cidade de Mossâmedes, em Goiás. Mesmo ao longo dos anos e com a implementação de algumas reformas, foi possível manter as características originais do referido bem cultural, tendo em vista todo o cuidado e zelo de cada restaurador.

Existem situações que inviabilizam a possibilidade de manter o restauro idêntico ao original, como os casos de força maior – como, por exemplo, as catástrofes da natureza. No entanto, o presente artigo teve o intuito demonstrar que as atividades de preservação que são efetuadas pelo poder público podem e devem estar inteiramente ligadas com a memória dos indivíduos pertencentes ao referido local.

Na prática, questionam-se as propostas de preservação, discutindo-se não somente sobre uma praça ou um bem material a ser preservado, mas qual perspectiva é vista pela população local, quais memórias se apresentam nas narrativas da sociedade, em qual contexto ela foi formulada, para finalmente conseguir manter os traços que conectam os indivíduos ao lugar de memória.

Ainda, o presente trabalho questiona como e por que determinados bens culturais são eleitos como patrimônios coletivos. As

memórias partem, pois, de uma construção histórica seletiva, que privilegia visões de mundo específicas voltadas para um padrão ou objetivo político e social de determinado grupo. A partir da reflexão proposta acerca da configuração histórica da personagem Damiana da Cunha como uma heroína goiana, o presente escrito buscou problematizar a memória como um processo decorrente de uma escolha consciente e deliberada, que pode ocasionar o apagamento e a invisibilização de outras narrativas minoritárias e oprimidas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia, Sudeco/Governo de Goiás, 1979.

BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. 3. ed. Goiânia: Unigraf, 1982.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

BRUCK, Mozahir Salomão. **Biografias e literatura: entre a ilusão biográfica e a crença na reposição do real**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEREDO, Betânia Gonçalves. **Patrimônio Imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, pp. 25-49.

COELHO, Damiana Antonia. **Representações de Damiana da Cunha na história e na literatura**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, 2016.

COELHO, Mário César. Ruínas Urbanas. Florianópolis: **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 4, n. 4, pp. 39-45, 1996.

COELHO, Tito Oliveira. Violência ritualizada: o processo de descimento do povo nativo no contexto dos aldeamentos. **Revista Espaço e Tempo Midiáticos**, Palmas, v. 2, n. 2, pp. 9-26, jul-dez. 2017.

CRUZ, Gisele Thiel Della. Damiana – ponte e margem: ficção e historicidade na trajetória de uma heroína caiapó. In: WEINHARDT, Marilene (org.). **Ficções contemporâneas: história e memória**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 11-41.

FERREIRA, Stefany Lorrane Menezes. **A Igreja Matriz de Mossâmedes: Monumento Histórico e Memória Social no Espaço Urbano**. 2017. 195 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Goiás/GO, 2017.

FLORENCIO, Sônia. Educação Patrimonial: Algumas Diretrizes Conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de agosto de 2018, institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências**. Brasília, 2018.

KARASCH, Mary. Catequese e Cativoiro: Política indigenista em Goiás (1780-1889). In:

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, pp. 397-412.

MEDEIROS, Wilton Araújo. Novo patrimônio: decifração da cidade e iniciação urbana. **Arquitextos**, n. 63, ano 6, 2005. Disponível: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/435>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, pp. 115-140, 2006.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

RECHIA, Simone. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, pp. 49-66, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (Tomo III). São Paulo: Papyrus Editora, 1983.

SCIFONI, Simone. Para Pensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015.

SCHLEE, Andrey de Aspiazú; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. As intervenções contemporâneas em bens culturais patrimonializados. O caso de Portugal. **Revista Paranoá - Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, n. 22, pp. 182-95, 2018.

SILVA, José Conceição da. **Contando histórias nas aulas de História: uma reflexão**



REI
ISSN 1984-431X

Revista Eletrônica Interdisciplinar
Barra do Garças – MT, Brasil
Ano: 2024 Volume: 16 Número: 1

sobre memória e narrativa. 2018. 95 f.
Dissertação (Mestrado em História) – Mestrado
Profissional em Ensino de História
Universidade Federal Fluminense, 2018.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de.
Brasileiras célebres. Brasília: Senado Federal,
2004.